

SEMINÁRIO: EDUCAÇÃO SUPERIOR E OS DESAFIOS DA PERMANÊNCIA ESTUDANTIL EM TEMPOS DE CRISE POLÍTICA E ECONÔMICA

Evento online- **De 26 a 29 de julho de 2021, de 18h às 20h**

[Clique aqui e se inscreva!](#)

PROGRAMAÇÃO COMPLETA

MESA 1- Dia 26/07: 18h-20h

DESAFIOS PARA A PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO

Mediadora: **Hustana Vargas**

Palestrantes:



Alexandra Anastácio Monteiro Silva – Pró-Reitora de Graduação da Universidade Federal Fluminense (UFF),

Cátia Antônia da Silva – Pró-Reitora de Assistência Estudantil da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e

Vânia Lúcia Muniz de Pádua – Chefe de Gabinete e Ex-Pró-Reitora de Graduação Universidade Estadual da Zona Oeste (UEZO).

O cenário da educação superior no Brasil nas duas últimas décadas atravessou situações contraditórias de expansão e de retração. O número de matrículas na graduação presencial cresceu até o ano de 2014, quando começou não a estabilizar, mas a declinar. Por outro lado, o crescimento exponencial da educação a distância garantiu o crescimento geral de matrículas na educação superior, mas num ritmo declinante. Simultaneamente, taxas de ocupação de vagas e de conclusão de curso vêm diminuindo. Em 2018, a taxa líquida de matrícula na educação superior foi de 21,8%, decrescendo para 21,5% em 2019. O Plano Nacional de Educação (2014-2024) projeta alcançar 33% de matrículas líquidas em 2024, além disso "garantindo qualidade da oferta e a expansão para, no mínimo, 40% das matrículas no setor público". Por outro lado, desagregando o dado de 2019 por renda, temos que a taxa líquida de matrícula entre os 25% mais pobres é de 10,7%. Entre os 25% mais ricos sobe a 45,9%, numa clara representação da ausência de equidade do sistema. Faltando cerca de três anos para 2024, dificilmente essas metas quantitativas e qualitativas do Plano Nacional da Educação serão alcançadas. Assim, trazemos para o debate a seguinte questão: de que forma as instituições de ensino superior encaram e se colocam nesse quadro? Mais especificamente: de que forma instâncias gestoras atravessadas diretamente pela atração e manutenção dos estudantes no ensino superior público - as pró-reitorias de graduação e de assistência estudantil - encaram e se colocam nesse quadro? É nesse sentido que gestoras de três instituições públicas, da graduação e da assistência estudantil, contribuirão em nosso Seminário: Professora Alexandra Anastácio Monteiro – Pró-Reitora de Graduação da UFF, Professora Cátia Antônia da Silva – Pró-Reitora de Assistência Estudantil da UERJ, e Professora Vânia Lúcia Muniz de Pádua – Chefe de Gabinete e Ex-Pró-Reitora de Graduação da UEZO.

MESA 2- Dia 27/07: 18h-20h

CORTES ORÇAMENTÁRIOS E IMPACTOS PARA AS POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA

Mediador: **Fábio Waltenberg**

Palestrantes:



Gregório Grisa - Professor do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), em cursos de licenciaturas e

Romualdo Portela - Professor Titular aposentado no Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP).

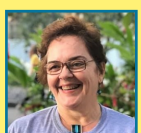
Recursos destinados ao MEC apresentaram declínio de 9% entre 2014 e 2019, caindo de \$121 para R\$110 bilhões, com redução ainda mais acentuada na execução orçamentária da subfunção Ensino Superior. Paralelamente, investimentos em Ciência e Tecnologia também vêm sendo reduzidos de forma alarmante. Os recursos destinados ao CNPq, à CAPES e ao FNDCT despencam de R\$14 bilhões em 2015 para pouco mais de R\$4 bilhões em 2020. As razões para esses movimentos incluem: (i) a crise econômica de 2015-2016 e a opção por uma virada rumo a uma política de austeridade; (ii) a implementação de um congelamento nos níveis de investimentos sociais por nada menos do que 20 anos, por meio da emenda constitucional 95/2016, mais conhecida como “teto de gastos”; (iii) a política de contingenciamentos de verbas destinadas às universidades públicas, que vem sendo praticada recorrentemente pelo atual governo; e (iv) as severas limitações a políticas de empréstimos e bolsas a alunos do setor privado, como Prouni e FIES. Há seis anos, esse conjunto de políticas vem dificultando a ampliação do acesso à educação superior, a expansão dos programas de assistência estudantil e do investimento em pesquisas. Nesta mesa, os professores Romualdo Portela e Gregório Grisa abordarão os impactos concretos do quadro atual sobre as políticas que determinam a permanência de estudantes no Ensino Superior, tendo como pano de fundo suas pesquisas acadêmicas e a experiência vivida nas instituições em que atuam.

MESA 3- Dia 28/07: 18h-20h

AÇÕES AFIRMATIVAS E PERMANÊNCIA ESTUDANTIL

Mediadora: **Carolina Zuccarelli**

Palestrantes:



Rosana Rodrigues Heringer - Professora da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FE/UFRJ) e

Tatiana Dias Silva - Técnica de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

A Lei de Cotas de 2012 foi fundamental para garantir maior inclusão de estudantes da rede pública e autodeclarados pretos, pardos e indígenas nas Universidades Federais. Dados sistematizados por pesquisadores do Inep mostram que a participação de ingressantes de escolas públicas nas instituições federais teve um crescimento de 15% entre 2012 e 2016, com incrementos maiores para estudantes pretos, pardos e indígenas, com aumento de 39% no período analisado. No entanto, apesar dos visíveis ganhos, ainda permanecem desigualdades que marcam as dificuldades de acesso e permanência de jovens brasileiros na educação superior, sobretudo de estudantes negros pertencentes de famílias de baixa renda.

Soma-se ao cenário os sistemáticos cortes orçamentários impostos às universidades federais, que em 2021 atingiu as políticas de assistência estudantil com um corte de 177 milhões de reais, conforme estimativa da Andifes. Nesse quadro, esta sessão apresenta o panorama da implementação das ações afirmativas e a relevância das políticas de assistência estudantil para o grupo beneficiário, discutindo os principais desafios enfrentados pelas universidades federais considerando o cenário de crise econômica e política que, de um lado, afeta sobremaneira o orçamento das instituições de ensino e, de outro, será cenário para o debate acerca da revisão da Lei de Cotas, prevista para 2022. As convidadas do debate são as pesquisadoras Rosana Rodrigues Heringer, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e Tatiana Dias da Silva, do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada.

MESA 4- Dia 29/07: 18h-20h

PANORAMA DA PERMANÊNCIA E DA EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR

Mediadora: **Hustana Vargas**

Palestrantes:



Viviana Mancovsky - Professora de la Universidad Nacional de San Martín y de la Universidad Nacional de Lanús- Argentina e
Cláudio Marques Martins Nogueira - Professor da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

A temática dessa mesa aborda dois momentos ou duas situações na educação superior: “os inícios” e os finais da vida estudantil, quando estes ocorrem sem conclusão do curso, à revelia do estudante. Ambos são delicados e complexos, e muito ricos para o aprofundamento da reflexão sobre a dinâmica mais geral da universidade, que pode ser desde um ambiente novo, mas relativamente familiar para alguns, até estranho e hostil para muitos. Compreender e problematizar o processo de inserção dos estudantes na educação superior supõe considerar seus vários aspectos, como o pedagógico, o sociocultural, o psicológico, o simbólico e o relacional. A professora Viviana Mancovsky, da Universidade Nacional de San Martín e da Universidade Nacional de Lanús, na Argentina, é autora de várias obras sobre o assunto “inícios” na vida universitária, com fina sensibilidade e já larga experiência na discussão. Especialmente a ênfase na docência para os inícios, provoca uma revisão da prática profissional dos professores, sem descuidar de tantos outros agentes envolvidos. Na outra ponta temos a saída do curso sem conclusão, configurando um fenômeno nomeado - talvez precariamente - de evasão. Não é um debate fácil, na medida em que há compreensões, métricas e diagnósticos divergentes sobre a evasão na educação superior. Fato é que não se trata de fenômeno novo, mas que talvez tenha se tornado objeto de atenção mais ampla e persistente após as grandes mudanças que ocorreram no acesso à educação superior pública no Brasil, pela via da combinação entre ENEM, SISU, REUNI e Lei de Cotas. Em conjunto, essas políticas vêm transformando rápida e decisivamente o interior das instituições, o que impõe estudos, pesquisa e monitoramento, seja para possibilitar o desfecho desejado pelo estudante - caso seja a permanência e a conclusão de seus estudos em determinado curso e instituição - seja para auxiliar as gestões no sentido de lidar com a nova configuração do acesso à educação superior. O trabalho do professor Cláudio Marques Martins Nogueira, da UFMG, destaca-se nessa área de estudos com um número expressivo de orientações, publicações e cursos. Sua produção tem enfrentado o debate com dados quantitativos recentes sobre essa nova realidade, que para além de clarificá-la em detalhes, organiza a discussão e lhe permite levantar questões seminais sobre a conceituação do fenômeno da evasão.

REALIZAÇÃO:



cede
CENTRO DE ESTUDOS SOBRE
DESEMPREGO E DESENVOLVIMENTO

DESESTRUTURA
Grupo de pesquisas em desigualdade, cotas e
ICHF/UFPE

UFPE
FIEUFP

UFPE
PPGE

FAPERJ
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

uff

ORGANIZAÇÃO:

LEVE
CONSULTORIA E GESTÃO DE PROJETOS